



# Anais da Assembléia

Nº 130

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -  
(\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghe- ti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Jus- tus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Os- waldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Toti Co- laço (46). Achando-se ausentes os seguin- tes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha. Eurides Moura, Ovídio Constantino e Seve- rino Félix (06). Achando-se em licença os Senhores Deputados Albino Corazza e Rafael Greca de Macedo (02).

Verificada a existência de número le- gal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 67/92

Curitiba, 11.09.92.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assem- bléia Legislativa, Excelentíssimos Senho- res Deputados.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Le- gislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.264.000.000,00 (vinte e sete bi-

lhões, duzentos e sessenta e quatro mi- lhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, apro- vado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com aumento do capital social do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações das Secretarias de Estado da Fazenda, da Administração e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito su- plementar no valor de Cr\$ 27.264.000.000,00 (vinte e sete bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de de- zembro de 1991 e simultaneamente fica pro- cedida a conversão da fonte 20 - Operação de Crédito Interna Vinculada para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alte- rados os orçamentos próprios da Coordena- ção da Receita do Estado - CRE e da Coordenação da Região Metropolitana de Curit- iba - COMEC e a programação orçamentária global do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Diante do contido nos arti- gos anteriores, ficam alterados, o De- monstrativo da Receita de Recolhimento Centralizado e os Demonstrativos das Re- ceitas por Fontes das Entidades Vinculadas especificadas nos Anexos V e VI desta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis- posições em contrário.



## LARRY EL AHEN TO

## ANNEXO IV

FL. 03

CRS 1.000,00

[illegible]

### 9.9.1. ENLARGACAO

A B C D E F

FL 03

1.534 1,000.00

CODIGO	ESPECIFICACAO	TAXA DE FORTALECIMENTO	VALOR
SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA -	I	1	1
OBRIGACOES VINCULADAS	I	1	1
BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A -	I	1	1
BANESTADO	I	1	1
COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS E	I	1	1
ADMINISTRATIVA - BANESTADO	I	1	1
TOTAL			27.864.000

ACRÉSCIMO DA RECEITA		ANEXO V	F1. 01 Cr\$ 1.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	IFTI	VALOR
	RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
1399.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES	00	19.934.000
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A - BANESTADO		
2521.01.01	RECURSOS DA ARRECADAÇÃO DO TESOURO	00	27.264.000

REDUÇÃO DA RECEITA		ANEXO VI	F1. 01 Cr\$ 1.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	IFTI	VALOR
	RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
2119.02.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS VINCULADAS	20	19.934.000
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE		
2412.01.01	RECURSOS DA ARRECADAÇÃO DO TESOURO	00	3.330.000
	COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC		
2412.02.14	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS VINCULADAS	20	19.934.000

## A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 68/92

Curitiba, 11.09.92

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa. Excelentíssimos Senhores Deputados.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 7.485.000.000,00 (sete bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com o Projeto "Força Verde" e demais atividades do Corpo de Bombeiros.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento

Urbano, ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 20 - Operação de Crédito Interna Vinculada para a fonte 02 - Cota-Parte do Fundo de Exportação.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia reitero a Vossas Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 7.485.000.000,00 (sete bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente

orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 20 - Operação de Crédito Interna Vinculada para a fonte 02 - Cota-Parte do Fundo de Exportação, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterado o orça-

Curitiba, terça, em 15.09.92

mento próprio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo III desta Lei.

Art. 4º - Diante do contido nos artigos, anteriores, ficam alterados, o Demonstrativo da Receita de Recoñhimento Centralizado, e o Demonstrativo da Receita por Fontes da Coordenação Metropolitana de Curitiba - COMEC, conforme Anexos IV e V desta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRESENTAÇÃO		ANEXO		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	IL	VALOR	IN DO
		I	DA		PROD
		IB	IR		ICOD
000	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA				
	REPÚBLICA				
	DEPARTAMENTO DE BOMBAS				
	DE INVESTIMENTOS PARA O CORPO DE				
	BOMBEIROS				
	SERVIÇOS DE BOMBAS				
				7.495.000	10411
				2.000.000	10-11
				7.495.000	

ANEXO		IL		CRS 1.000,00	
ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO	IN. DO
	I DA	IFTI		ICOP	
	IRI				
ARIA DE ESTADO DO	I	I	I	I	I
DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I	I	I	I
MEIO-AMBIENTE	I	I	I	I	I
	I	I	I	I	I
402 IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I	I	I
IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I	I
2400 IPROGRAMACAO A CARGO DA CONEC	I	4311.0212011	485.000	10411	
TOTAL		I	485.000	I	

ACRESCIMO  
DA RECEITA

## ANEXO IV

FL. 01  
Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
1721.01.12	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	02	7.485.000

REDUCAO  
DA RECEITA

## ANEXO V

FL. 01  
Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
2119.02.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS VINCULADAS	20	7.485.000
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC		
2412.02.14	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS VINCULADAS	20	7.485.000

## DECRETO

## ANEXO III

FL. 02  
CR\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL	ILT	VALOR	IN DO
4000	SECRETARIA DE ESTADO DO PARANÁ	1	1	1		1
	DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - UNIDADES VINCULADAS	1	1	1		1
4288	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC	1	1	1		1
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA	1	1	1		1
1 - PIRMC		1	4130.0012011	1	7.485.000	104111
TOTAL					7.485.000	

Curitiba, 14.09.92

Curitiba, terça, em 15.09.92  
Governador do Estado

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 588.100.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões e cem mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com a manutenção do órgão.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 588.100.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões e cem mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações do próprio órgão, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL.

CRS 1.000,00

ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	TIPO DE DESPESA	VALOR	INÍCIO DO PERÍODO
I	I	I	I		I
0000	TRIBUNAL DE CONTAS	1	1		1
0001	TRIBUNAL DE CONTAS	1	1		1
0002	TRIBUNAL DE CONTAS	1	1		1
0700	CONTROLE LEGAL DA ADMINISTRAÇÃO	1	1		1
	FINANCEIRA	3120	0010011	5.744	10363
		3132	0010011	552.356	10363
TOTAL				588.100	1

I CANCELAMENTO

ANEXO II

FL. 01

CRS 1.000,00

ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	TIPO DE DESPESA	VALOR	INÍCIO DO PERÍODO
I	I	I	I		I
0300	TRIBUNAL DE CONTAS	1	1		1
0301	TRIBUNAL DE CONTAS	1	1		1
0302	TRIBUNAL DE CONTAS	1	1		1
0700	CONTROLE LEGAL DA ADMINISTRAÇÃO	1	1		1
	FINANCEIRA	4110	0010011	170.000	10363
		4120	0010011	318.100	10363
		4130	0010011	100.000	10363
TOTAL				588.100	1



MENSAGEM N° 70/92

Curitiba, 14.09.92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com aquisição de equipamentos e com a manutenção da unidade.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pela entidade, conforme Parecer n° C 3/021-92, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do

meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente do excesso de arrecadação de recursos da própria entidade.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	I
ANEXO				CRS 1.000,00	I
ESPECIFICACAO		INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
ICODIGO	I	DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	DESPESA	I	IRI	ICOF
I 4400	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I
I 4492	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I
I 2727	I	I 3111.00	I 40	I 150.000	I 4371 I
I	I	I 3120.00	I 40	I 6.000.000	I 4371 I
I	I	I 3132.00	I 40	I 13.000.000	I 4371 I
I	I	I 3191.00	I 40	I 500.000	I 4371 I
I	I	I 3259.00	I 40	I 50.000	I 4371 I
I	I	I 4120.00	I 40	I 10.300.000	I 4371 I
I 2728	I	I	I	I	I
I	I	I 4120.00	I 40	I 10.000.000	I 4371 I
T O T A L		I		40.000.000	I

## Ofícios:

Sob os n°s DTL/SAT/229, 230, 231, 232, 233, 234 e 235/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, os Projetos de Lei n°s:

225/92: Do PODER EXECUTIVO que, reajusta, conforme especifica, os salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, o qual convertido em Lei tomou o n° 10067. **Anote-se - Arquite-se.**

227/92: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA que,

reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos servidores dos Tribunais de Justiça e de Alçada e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10069. **Anote-se - Arquite-se.**

228/92: Da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA que, reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos servidores da Procuradoria Geral da Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10070. **Anote-se - Arquite-se.**

229/92: Do TRIBUNAL DE CONTAS que, reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10071. **Anote-se - Arquite-se.**

mentos dos cargos que menciona, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10071. **Anote-se - Arquivo-se.**

226/92: Do PODER EXECUTIVO que, reajusta os vencimentos do funcionalismo do Poder Executivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10068. **Anote-se - Arquivo-se.**

200/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 à Fundação de Esporte e Turismo FESTUR, o qual convertido em Lei tomou o n° 10072. **Anote-se - Arquivo-se.**

201/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 23.052.000,00 à Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, o qual convertido em Lei tomou o n° 10073. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° 1148/92, do Senhor LUIZ CARLOS DELAZARI, Procurador Geral da Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1° de setembro de 1992. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° 344/92-K, do Senhor Desembargador LUÍS RENATO PEDROSO - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° 1395/92, do Senhor RAFAEL IATAURO - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta, no mês de setembro de 1992, os níveis dos vencimentos do Procurador Geral e Procuradores junto ao Tribunal de Contas e Auditores. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° 009/92, do Senhor UBALDO MARTINI PUPPI, Presidente do Conselho Estadual de Educação, encaminhando PARECER n° 187/92, do Conselho, o qual trata das Escolas Cooperativas de Maringá, para conhecimento dos Senhores Parlamentares. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° 1128/92/GS, do Senhor NIZAN PEREIRA - Secretário de Estado da Saúde, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitadas pelo Senhor Deputado HERMAS BRANDÃO, com relação a processos licitatórios para aquisição de material laboratorial de análises clínicas para a Secretaria e a Fundação Caetano Munhoz da Rocha. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

OFÍCIO N° 1394/92  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, ANTEPROJETO DE LEI que reajusta, no mês de setembro de 1992, os níveis dos vencimentos dos Conselheiros deste Tribunal de Contas do Paraná.

Curitiba, terça, em 15.09.92

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a irrestrita segurança do meu profundo respeito.

(a) RAFAEL IATAURO - Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

# ANTEPROJETO DE LEI

DATA: 02 de setembro de 1992.

SÚMULA: Dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas.

Art. 1° - O vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas, ativos e inativos, a partir de 1° de setembro de 1992, é fixado em Cr\$ 7.740.000,00 (sete milhões, setecentos e quarenta mil cruzeiros) mensais.

Art. 2° - A verba de representação mensal continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei n° 8.089/85.

Art. 3° - Os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas, não poderão exceder, a qualquer título, os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4° - A revisão do vencimento básico de que trata o artigo 1° desta Lei, será realizada na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais.

Art. 5° - Fica vedada toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos Conselheiros do Tribunal de Contas.

Art. 6° - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1°, revogadas as disposições em contrário.

## Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 220/92 (Mensagem n° 60/92), de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei 7.065, de 06 de dezembro de 1978 (Sanitarismo Animal).

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 248/92 (Mensagem n° 70/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, visando atender despesas com manutenção de equipamentos e com a manutenção de pessoal.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 247/92 (Mensagem n° 69/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões e cem mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Tribunal de Contas do Estado, visando atender despesas com a manutenção de pessoal.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 240/92 (Mensagem n° 65/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 859.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, visando atender despesas de custeio.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 241/92

(Mensagem n° 66/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, visando atender despesas de custeio.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 233/92, que introduz alterações no art. 3° da Lei n° 10037, de 13 de julho de 1992.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO N° 1411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 234/92, que concede aos servidores do Poder Judiciário, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, adicional por tempo de serviço.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO N° 1412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 247/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 588.100.000,00, ao vigente orçamento do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO N° 1413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 245/92, que fixa conforme específica, os vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO N° 1414

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 242/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos da Magis-

tratura do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 249/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício 1394/92, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1416

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 244/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1395/92, que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1389

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Ponta Grossa no dia 14 do corrente.

Para tanto comunica a ausência em Plenário e respeitosamente requer as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Anatólia Lazarotto Santos, ocorrido no dia 31.09.92, na cidade de Bocaiúva do Sul, e solicitamos que do mesmo fosse dado ciência à família residente na Rua Marechal Deodoro, 1082 - Bocaiúva do Sul - Pr.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A solicitação do voto de pesar justifica-se devido a elevada consideração que depositamos no Senhor Acrides Lazarotto Santos, MD. Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul e irmão da vítima.

Tendo o mesmo cuidado da referida Senhora durante toda a sua vida, e como ficou viúvo muito cedo, foi esta sua irmã

Curitiba, terça, em 15.09.92

que o ajudou a criar seus filhos, fez as vezes de primeira dama na sociedade local, tendo também participado de todas as questões importantes para a comunidade e município.

REQUERIMENTO N° 1391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Ari Antonio Buzato, ocorrido na madrugada do dia 01.09.92, no Município de Almirante Tamandaré, e ainda solicitamos que do mesmo seja dado ciência à família no seguinte endereço: Rua Nossa Senhora de Nazaré, 334 - Curitiba-Pr - Bairro Boa Vista - CEP. 82540 - 130.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prede-se ao fato de conhecermos profundamente nosso Companheiro Ari, bem como sua família, especificamente seu irmão Ariel Buzato, ex-Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, e em sua gestão atuou com grande desempenho e eficiência, preservando a moral dentro de suas obrigações, cumprindo-as sempre visando o bem-estar de seus munícipes.

REQUERIMENTO N° 1392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Gregório Olinqueves.

Sala das Sessões, 15.09.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 58 anos faleceu em General Carneiro, o Sr. Gregório Olinqueves.

Deixando viúva a Sra. Tereza e os filhos: Edson Reni, Gilson, Adriana e Ligia.

O passamento do Sr. Gregório veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Gregório.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Olinqueves endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus

REQUERIMENTO N° 1400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sady Dallagnese, importante pioneiro industrial de Francisco Beltrão e do Sudoeste paranaense, ocorrido a 1° de setembro naquela cidade, requerendo-se, mais, que do ato seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.09.92.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Nascido a 5 de fevereiro de 1945 em Getúlio Vargas-RS, Sady Dallagnese mudou residência para o Sudoeste paranaense em 1962, elegendo, desde logo, Francisco Beltrão como novo berço por adoção. Ali prestou seu Serviço Militar e iniciou sua vida profissional - como empregado de indústria de bebidas. À noite e nos finais de semana, operava projetora de filmes no cinema local, atividade que progrediu e que se tornou importante em sua vida, permitindo-lhe deixar o emprego para iniciar outra atividade industrial, própria, na fabricação de fogões a qual prosperou tornando-se importante representante da metalurgia beltronense.

Além da atividade industrial, Sady Dallagnese dedicou-se à comunidade, exercendo papéis de relevo na diretoria da Igreja da Cango e na diretoria da APMI da Escola Suplicy, além de coordenar grupos de idosos para uma longa e proveitosa estadia de anos.

Seu falecimento consternou as famílias de todo o município de Francisco Beltrão e o seu lugar ficará vago para representar uma importante lição de entusiasmo e solidariedade.

REQUERIMENTO N° 1403

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar pelo infausto passamento de Alcides Vasconcelos, ocorrido no dia 14 de setembro próximo passado, nesta Capital.

Alcides Vasconcelos, 63 anos, era casado com dona Ivete Vasconcelos e pai de três filhos. Começou a trabalhar no rádio do Paraná em 1952, passando por praticamente todas as emissoras.

Na televisão, foi o primeiro apresentador de telejornal do Paraná e sua voz inconfundível noticiou alguns dos fatos mais importantes da nossa história.

Alcides Vasconcelos foi um profissional exemplar. Da mesma forma correta foi pai, esposo e cidadão.

Homem ético e preocupado com seu povo. Alcides Vasconcelos angariou inúmeros amigos durante sua vida. Gente que o terá sempre como um exemplo a ser seguido, na profissão e na vida.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1378

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes contendo Votos de Congratulações, dirigidos ao Escritório Central de Serviços Gerais de Alcoólicos Anônimos no Paraná - CENAAPAR, de Alcoólicos Anônimos A.A, pelo transcurso do 24° aniversário de implantação deste movimento no Estado do Paraná, pelo muito que estes Grupos têm feito pela recuperação de alcoôlatras em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Tantas são as campanhas que se fazem em nosso Estado e no País, na tentativa de se combater os males que são provocados na saúde do ser humano, portador de vícios como o tabaco, o fumo, as drogas e tantos outros, enquanto para se combater o alcoolismo nada serve principalmente sendo o alcoôlatra, portador de uma doença pregressiva e incurável, que tantos males tem provocado dentro da sociedade e da família. A própria Organização Internacional de Saúde, considera hoje o alcoolismo, como a terceira doença que mais vítimas fatais tem feito em todo o mundo, seja direta ou indiretamente, mas dentro da própria medicina, o alcoolismo ainda é uma barreira, ainda é sinônimo de vadiagem, falta de caráter, sem-vergonhice e tantos outros pseudônimos. Será que não está demorando muito para nossos órgãos governamentais, tomarem alguma providência neste sentido?

AS QUATRO FASES DO MERGULHO NO ALCOOLISMO:

Há uma evidente diferença entre um alcoôlatra e quem bebe socialmente, por mero prazer ou para aliviar tensões. Mas quem costuma chegar à embriaguês com alguma regularidade, mesmo em festas e reuniões de amigos, pode estar prestes a cruzar tal fronteira. Normalmente, o caminho do alcoolismo começa a ser trilhado quando a dependência psicológica passa a ser também física, num processo que envolve quatro estágios. No primeiro, chamado de pré-alcoólico, o dependente tem aumentada sua tolerância à bebida, experimenta uma sensação de euforia e começam as falhas na memória.

A seguir, vem o estágio prodrômico.

Ainda aqui, o alcoólatra é frequentemente confundido com o bebedor social. Costuma tomar seus tragos às escondidas e assaltam-no seguidos acessos de sentimento e culpa. Em geral, é nesta fase que aparece a amnésia em relação a fatos ocorridos durante a embriaguês: a memória de fatos distantes, ao contrário, mantém-se viva. Esse blecaute é um claro sinal de que a doença progride. No terceiro estágio, chamado de crucial ou crítico, o alcoólatra simplesmente perde o controle sobre a bebida. Afasta-se da família e dos amigos, enfrenta problemas profissionais, econômicos e sociais, torna-se agressivo. Todos os reflexos diminuem: o copo e o cigarro nem sempre param nas mãos. Mesmo que não beba já pela manhã, podem sobrevir o enjôo e a insônia.

A quarta etapa, enfim é o estágio crônico: nele, o alcoólatra refugia-se nos bares, bebe em qualquer hora ou lugar, mesmo no trabalho. A vítima reconhece a derrota mas torna-se incapaz de cuidar de si próprio, perde o apetite, surgem complicações mentais e físicas, o rosto apresenta-se congestionado e inchado, os olhos ingetados e lacrimejantes.

Emotivo, irritadiço, desconfiado e ciumento, o alcoólatra entra facilmente em períodos depressivos. Dorme pouco, acorda deprimido e trêmulo, e só se acalma depois do primeiro gole. É nesta fase que costuma surgir o "delirium tremens".

Em anexo uma crônica do jornalista José Wanderley Dias falecido recentemente, mas que em toda sua vida foi um grande incentivador de Alcoólicos Anônimos, publicada no jornal Gazeta do Povo no dia 27 de agosto de 1981, por ocasião da comemoração do 13º aniversário de A.A. no Estado do Paraná.

(A crônica de José Wanderley Dias, deixou de ser publicada por estar ilegível.)

#### REQUERIMENTO N° 1380

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações ao Consulado do Uruguai na cidade de Paranaguá, pela forma singular e significativa encontrada para celebrar a data nacional daquele país.

Como vem fazendo desde 1988, o Consulado do Uruguai em Paranaguá, para festejar a data nacional daquele país, prefere trocar as recepções festivas, coquetéis oficiais, por um gesto de aproximação com a gente e a realidade brasileira. Assim, a Cônsul Leda Pedrosa Borges vem doando à primeira criança carente nascida no dia 25 de agosto, na Santa Casa de Misericórdia

Curitiba, terça, em 15.09.92

de Paranaguá, um enxoval completo, que sempre faz alegria da mãe e preenche uma lacuna existente nas famílias menos favorecidas.

Esse gesto da Cônsul do Uruguai explicita o espírito solidário e verdadeiramente humano tão marcante no povo do Uruguai. Louvá-lo, na Assembléia, é registrar com letras maiúsculas nossa comoção e gratidão por tão nobre atitude.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mallet pela passagem do seu 80º Aniversário de Emancipação Política.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 21 de setembro, Mallet comemora o seu 80º aniversário de emancipação política. E, é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento econômico, urbanístico e social.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação com o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver hoje a transformação de Mallet, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e comprometidos com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação do seu povo, exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

É portanto, nesta data tão significativa que toda a população de Mallet é credora de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma pujança e garra sendo exemplo e cópia modelo para as demais cidades paranaenses.

#### REQUERIMENTO N° 1395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os Senhores Vereadores do Paraná, pelo transcurso do Dia Nacional do Vereador.

Sala das Sessões, 15.09.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

A passagem do DIA NACIONAL DO VEREADOR, a 1º de outubro, assinala uma data a ser festejada por todos os que têm algum envolvimento com a classe política.

Essa categoria de políticos merece nosso profundo respeito, pois conhecemos o elevado significado da missão a eles confiada.

É o Vereador que se encontra mais atento e próximo dos problemas comunitários e das mais legítimas reivindicações populares.

Dentre as três classes parlamentares a que mais se expõe aos espinhos da atividade é a dos parlamentares municipais, os Vereadores. É desnecessário seria explicar o porquê. Mas é bom que se recorde que o Vereador enfrenta de princípio, duas situações adversas: por estar mais diretamente em contato com o povo serve de caixa de ressonância para os inúmeros e complexos problemas da comunidade; e sendo um parlamentar, um legislador por princípio, não dispõe dos meios executivos para oferecer a solução pronta e eficaz como seria do seu agrado e mais ainda, do desejo e esperança do cidadão que a ele se socorre. Ao conviver com o povo, o Vereador convive mais amiúde com os problemas da cidade seja na área urbana, nos bairros e vilas, seja nos distritos e povoados. Assim sendo o seu trabalho é diuturno e o encaminhamento das questões e dos pedidos mais constantes.

Ao se comemorar o DIA NACIONAL DO VEREADOR, almejamos que seja feito deste dia o momento da compreensão e da gratidão, reconhecendo o inestimável trabalho desse político no atendimento do cidadão de quem é a esperança primeira.

## REQUERIMENTO N° 1396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Mateus do Sul pela passagem do seu 84º Aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

21 de Setembro, essa é a data em que se comemora o aniversário de São Mateus do Sul. Uma cidade que a cada dia que passa desenvolve-se mais e mais, seja na indústria, comércio ou agricultura, pois seu povo é trabalhador e tem sede de progresso.

Sua população sempre voltada ao futuro, ansiosa pelo desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais rápido de toda a re-

gião de São Mateus do Sul que, graças às suas riquezas naturais e a determinação de seu povo conseguiu se projetar no cenário nacional principalmente na exploração do xisto. Pois, São Mateus do Sul conta hoje com a mais nova unidade industrial da INCEPA, a qual proporcionou ao Município a geração de empregos, inclusive outras vias para germinar a confiança no amanhã.

São Mateus do Sul, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador conta hoje com extraordinário surto de progresso. Portanto, São Mateus pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas. Os problemas são o ponto de união de todos que impulsionam o progresso. As grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho, honestidade e coragem que se forja um admirado Município e que se melhoram as condições de vida de sua população.

Com todo o respeito que o povo de São Mateus do Sul é merecedor, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e de reconhecimento na certeza de que continuará dando o melhor de seu esforço pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do município.

## REQUERIMENTO N° 1401

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE CONGRATULAÇÕES para o Engº. Agrônomo Roulien Basaglia, pela sua nomeação para a presidência da Comissão Especial de Recursos do PROAGRO - 5ª Turma de Julgamento Regional - instalada em Curitiba para atender aos Estados de Paraná e Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 15.09.92

(a) JOÃO ARRUDA

## JUSTIFICATIVA:

O Engº. Agrônomo Roulien Basaglia há muitos anos dedicado ao Serviço Público Federal, pertence ao quadro do Ministério da Agricultura, tendo exercido, por longo tempo, o Cargo de Delegado da Agricultura no Paraná, onde deixou sua marca de grande administrador. Convocado para outra importante função na hierarquia do Ministério da Agricultura, em 1986, deixou a Delegacia da Agricultura.

Sua extraordinária vivência na administração dos interesses do Ministério da Agricultura, recebe nova incumbência, indicado e nomeado para a presidência da Comissão Especial de Recursos do PROAGRO - 5ª Turma PR/SC, com a missão de analisar e promover o julgamento dos recursos interpostos por agricultores contrariados em



seus interesses por decisões de primeira instância dos agentes financeiros - relativas ao pagamento de indenizações.

A Comissão, agora presidida por Roulien Basaglia, é composta de membros do Ministério da Agricultura, do Banco do Brasil S/A, do Banco Central, da EMBRAPA, do órgão representativo das cooperativas do Brasil, da Associação Brasileira dos Produtores Agropecuários, da Federação Brasileira dos Bancos, do Conselho Nacional da Agricultura e do CONTAG.

#### REQUERIMENTO N° 1386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de solidariedade aos revendedores de combustíveis do Estado do Paraná, na luta contra as multinacionais.

Sala das Sessões, em 15.09.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os revendedores de combustíveis do Paraná, em sua grande maioria pequenos empresários, a exemplo de outros do Brasil, vêm sofrendo na atualidade um processo de desintegração econômica numa campanha realizada pelas grandes concessionárias multinacionais, obrigando-os a tomar uma série de medidas que causam prejuízos na estrutura social do Estado, diante das medidas drásticas que são forçados a tomar, pela pressão constante dessas companhias.

Ocorre que, a cada alta do combustível, as empresas multinacionais sonham os produtos desses pequenos empresários de nosso Estado e isso também fazem no restante das cidades brasileiras, numa luta desigual.

Com esses aumentos de estoques as firmas estrangeiras consecutivamente deixam os empresários brasileiros do setor descapitalizados, obrigando-os constantemente a rever suas posições financeiras e causando transformações nesse mercado.

Em nosso Estado, esses nossos Empresários pagam Cr\$ 700,00 cruzeiros por cada litro de combustível vendido, de ICMS, uma contribuição valiosa para as finanças do Paraná, daí a razão de estarmos plenamente solidários aos seus movimentos contra as multinacionais que usando dos mais diversos artifícios pressionam os militantes desse comércio, deixando-os constantemente em clima de intranquilidade.

Diante desses fatos, solicitamos que seja enviado um expediente à Diretoria do Sindicato de Combustível, do Estado do Paraná, manifestando a nossa solidariedade, e dizendo que estamos à disposição para juntos encontrarmos soluções que venham de encontro aos interesses do Paraná e naturalmente do Brasil.

#### REQUERIMENTO N° 1402

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, ofício ao Doutor Paulo Roberto Cordeiro, presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefones comunitários, do tipo orelhão, nos conjuntos residenciais Santa Rosa e Plutão, edificadas na cidade de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 15.09.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Os conjuntos residenciais Santa Rosa e Plutão, construídos em Francisco Beltrão, oferecem o expressivo número de 500 casas. A localização de ambos é distante do centro urbano - e não poderia ser de outra forma pela disponibilidade de áreas para esse tipo de obra social. Os demais equipamentos como energia elétrica, assistência à saúde, linhas de transporte coletivo e outros de importância, não suprem a falta de comunicação imediata representada pelo telefone. Existem situações emergenciais que exigem soluções rápidas e inadiáveis, só supridas pela comunicação telefônica.

Justíssima, portanto, a reivindicação das famílias moradoras nos conjuntos residenciais citados, a qual desejamos transmitir ao presidente da TELEPAR por meio do solicitado ofício.

#### REQUERIMENTO N° 1379

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Companhia de Energia, COPEL, solicitando as providências necessárias para a extensão da rede de energia da Rua Gomes Barreto até a chácara do Sr. Agenor Alves dos Santos, na Vila Prado, em Almirante Tamandaré.

A extensão solicitada compreende aproximadamente 200 metros, entretanto, os benefícios advindos do seu atendimento são imensuráveis.

Outras propriedades na mesma localidade serão beneficiadas com o pleito, uma vez que ainda não dispõem dos serviços de energia elétrica, apesar de estarem localizadas na Região Metropolitana.

Diante disso, confiamos nas providências da COPEL para viabilização do solicitado.

Sala das Sessões, em 15.09.92

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 1381

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve,



no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Antônio Cabrera, para que libere em regime de urgência, a colocação no mercado dos estoques reguladores do Governo para evitar a "explosão" dos preços na entre safra de produtos da cesta básica.

Sala das Sessões, em 15.09.92

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

É inadmissível a velocidade com que sobem os alimentos e a morosidade com que a ação dos órgãos do Governo Federal intercedem neste processo de equilíbrio, demorando para colocar os estoques reguladores que existem exatamente para controlar os abusos econômicos na entre safra.

A insensibilidade de medir o momento é algo gritante, haja vista que o trabalhador vê o preço do arroz, feijão e carne subir diariamente e o estoque regulador do Governo Federal que existe para atender este momento continua estatico, vendo a crise passar e de maneira a conduzir o povo ao desespero do convívio de uma inflação diária e contínua.

#### REQUERIMENTO N° 1397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, apelando para Sua Excelência integrar o número de unidades constantes do Programa de "corredores de transporte do Estado do Paraná", o trecho de 05 quilômetros que ligam as localidades Bule e Cachoeirinha, no Município de Arapongas.

É que a comunidade da região, cortada pela referida rodovia, compõe-se de duas mil (2000) pessoas que têm como único acesso fácil e seguro a estrada mencionada.

É uma área altamente produtiva que tem como café, cereais e gado sua fonte de riqueza, sendo certo que qualquer chuva intensa torna a via intransitável com transtornos para a vida normal dos cidadãos residentes no local, além de prejuízos certos com a paralisação das atividades comerciais.

Sala das Sessões, em 15.09.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO N° 1385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais deste Poder Legislativo, do pronunciamento efetuado pelo Procurador Geral do Estado durante a soleni-

dade alusiva à data de abertura das festividades da Semana da Pátria.

Sala das Sessões, em 15.09.92

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO N° 1398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, matéria publicada no Jornal Diário do Litoral, no dia 04 de setembro do corrente ano, conforme matéria em anexo, publicada no citado órgão de Imprensa, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.09.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### REQUERIMENTO N° 1399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro nos Anais da Assembléia a carta dos Engenheiros Agrônomos do Paraná reunidos no IX Encontro Estadual.

Sala das Sessões, em 15.09.92

(a) SEVERINO FÉLIX

#### REQUERIMENTO N° 1404

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam transcritos nos Anais do Poder Legislativo os artigos O JUIZ E O PODER, do Dr. Roberto Barrozo F°, publicado no Jornal do Estado do dia 10/09/92, ATIRO A SEGUNDA PEDRA, do Dr. Ricardo Sampaio, publicado no jornal Indústria e Comércio do dia 13/09/92, OS MARAJÁS DO ENSINO E O GOVERNADOR, do professor Eduardo Francisco Machado, publicado no Jornal o Estado do PR, do dia 13/09/92 e a nota oficial distribuída pela ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ, todos relacionados à forma aética e desmandos cometidos pelo senhor Governador do Estado.

Iniciando pelo Dr. Roberto Barrozo F°, em "O Juiz e o Poder", analisa a violência dedicada pelo Governador ao Poder Judiciário do PR, unicamente por ter sido impedido de utilizar horário "gratuito" para divulgar sua posição política em diversos problemas nacionais, estaduais e municipais e criticar aqueles que estão fora da sua área partidária.

Contrariando, Requião age com "destempero em aceitar a crítica que o atingido sempre considera justa".

O Juiz Ricardo Sampaio, vice-presidente do Tribunal do Trabalho do PR, introduz seu artigo "Atiro a segunda pedra em defesa da sentença", com uma citação do juris-

ta De Plácido e Silva: "A Obrigatoriedade da Lei decorre da própria ordem jurídica preexistente, e se firma na sanção ou coercibilidade, imposta para fazer valer a regra que nela se institui, sob promessa de (...) castigo para quem a transgride". Nas suas ilustradas considerações, aquele magistrado bem define o desrespeito dedicado pelo Governador à Justiça, ao chamar para si o direito de decidir pelo cumprimento ou não de sentenças judiciais, segundo suas convicções políticas e pessoais.

E assevera, com lucidez: "Assim, tudo quanto se aprendeu pelo árduo trabalho dos homens, desde a longa noite da barbárie, até os alvares da civilização, de nada mais vale, ao menos no Paraná, onde surgem os defensores da autoridade política sobre a autoridade judiciária."

Em nota publicada na imprensa nacional, a Associação dos Magistrados do PR também se manifestou em relação ao comportamento inadequado do governador. Diz o seu presidente, Luiz César de Oliveira: "A Magistratura do PR, por sua entidade representativa, não mais suportando as irresponsáveis agressões do senhor Roberto Requião, Governador do Estado, ao Poder Judiciário, seus integrantes e, essencialmente, ao estado Democrático de Direito, vem manifestar esclarecimentos e alertar o povo para..."

5. Um Governador não pode insurgir-se publicamente contra determinações judiciais, devendo cumprí-las ou ensejar-lhes o imediato cumprimento, ainda que delas discorde. A surrada desculpa do "interesse social" para o sistemático descumprimento das decisões, fundada muitas vezes em fatos obscuros, é própria de vocação tirânica, incita ao desacato generalizado, concorrendo gravemente para o rompimento do respeito e equilíbrio entre os Poderes, em prejuízo da democracia."

E, por fim, na Página do Professor, publicada pelo Jornal O Estado do PR, o professor aposentado Eduardo Francisco Machado, de 67 anos, com grande sabedoria, aborda todos os equívocos e conflitos ensejados pelo Governador, desmascarando o mito dos marajás do ensino e provocando a responsabilidade do chefe do Executivo: "Qualquer cargo ou função, as pessoas devem exercê-los sem ódio nem rancor, com senso crítico, com harmonia e equilíbrio psíquico-emocional, com atos de bondade, fraternidade para a prática da justiça."

Ao requerermos a transcrição de tais matérias nos Anais da Assembléia, não o fazemos por antagonismo político e partidário ao Governador. Fazemos para demonstrar o descontentamento de diversos setores da nossa sociedade diante das posturas desrespeitosas e até de falta de de-

Curitiba, terça, em 15.09.92

coro do Governador com as diversas instituições, dentre as quais o próprio Poder Legislativo. E que sirvam as razoáveis ponderações ao Governador para reflexão e reversão de posturas que se constituem em inequívocos prejuízos ao nosso Paraná.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ALGACI TÚLIO

# Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 253/92

Art. 1° - O Instituto de Educação do Paraná, sediado na cidade de Curitiba, passa a denominar-se Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO

## JUSTIFICATIVA:

"O mais importante dever da Juventude é o Entusiasmo e o Sonho e a Audácia e o ímpeto da luta e o desejo de criar, de agir, de transmutar, de ser quase um Deus".

Prof. Erasmo Pilotto

Com seu vasto conhecimento e ideais fundamentado no interesse de desenvolvimento da Educação no Paraná, o Professor Erasmo Pilotto trabalhou com entusiasmo em todas as áreas ligadas à Educação.

Tendo a sua frente, permanentemente, a figura da criança, despertou em todos os seus alunos uma necessidade compulsiva de trabalhar pela Educação, de buscar soluções para os problemas pedagógicos de construir uma escola feliz.

Desde o início de suas atividades frente à educação, já demonstrava real interesse no sentido de orientar seus alunos para problemas sociais, marcando profundamente seus discípulos com o estudo de Pestalozzi, educador de meninos sem lares e desvalidos sociais.

Em suas aulas sempre enfatizava a igualdade do ser humano, ressaltando que toda criança merece ser tratada com dignidade e respeito.

Incentivou arduamente seus alunos, futuros professores, a se dedicarem à escola como se ela fosse o mais importante fator de desenvolvimento do indivíduo e para as transformações da comunidade.

No processo pedagógico da "construção da obra perfeita", na formação de professores, o mestre Erasmo Pilotto sensibilizava seus alunos para o impulso criador da arte e das aspirações, que são fonte de grandeza nas criações e nas ações e ensi-

Este aspecto traz em sua essência a revelação da comunicabilidade dos espíritos e na transmissão dos valores da cultura e no aperfeiçoamento de cada um.

Tal era a sua convicção e responsabilidade dessa obra perfeita, que todos os jovens professores saíam preparados para enfrentar moinho de vento para educar a criança e para fazer da escola uma catedral.

Portanto, dentro deste universo de luz e sabedoria que encantava com suas lições, com seu incentivo ao desenvolvimento humano através da educação, o Professor Erasmo Pilotto é mui digno de receber esta homenagem, pois deixou como herança a preparação de gerações e gerações de professores para encontrar soluções corretas para os problemas educacionais. Assim, é com grande satisfação e emoção que apresento este Projeto de Lei, que denomina de Erasmo Pilotto o Instituto de Educação do Paraná, nesta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1394/92, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta no mês de setembro de 1992, os níveis de vencimentos dos Conselheiros deste Tribunal. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 14 do corrente mês, em função de compromissos no Município de Ponta Grossa. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que introduz a disciplina Direitos da Cidadania como obrigatória nos currículos de Ensino de 1º e 2º graus das Escolas Públicas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/92, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública o Movimento Familiar a Voz do Silêncio, desta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de União da Vitória. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública o Coritiba Futebol Clube, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade São Vicente de Paula, com sede no Município de Rebouças. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/92, de autoria do Deputado Basílio Zannusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Goju-Ryu de Karatê do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1403, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1400, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1390 e 1391, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1392, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1393, de autoria do Senhor Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - A Bancada do PDT, gostaria de registrar o voto contrário a esses pedidos de Regime de Urgência, principalmente no que diz respeito a Suplementações de Créditos tanto este que já foi aprovado, como outros que virão, visto que merecerão análise mais aprofundada do processo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam.  
**Aprovado.**

Requerimento n° 1407, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA - Votos contrários da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - **Aprovado, com voto contrário da Bancada do PDT.**

Requerimentos n°s 1408, 1406 e 1405, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1394, 1395 e 1396, de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1397, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1398, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 1399, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento n° 1386, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1378, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1379 e 1380, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1381, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1385, de autoria do

Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 1401 e 1402, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1410, 1411 e 1412, de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1413, 1414, 1415 e 1416, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1404, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1376, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino e Lygia Pupatto, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Pedimos para encaminhar esse requerimento da Bancada do PT, tendo em vista que as informações que estão sendo reivindicadas pela Bancada do PT são as mesmas informações que solicitou o Deputado Luiz Carlos Martins por ocasião da matéria estar sendo discutida e votada a nível de CCJ.

Todas essas informações foram prestadas à CCJ, através do DR e Secretaria dos Transportes, tanto que a matéria teve o seu curso normal de andamento: veio a Plenário e, posteriormente, por decisão de Vossa Excelência foi enviado à Comissão de Finanças. Então não existe, na nossa maneira de ver, razão de aprovarmos esse Pedido de Informações porque as informações requeridas já foram prestadas pelo DR, constam do Projeto que está tramitando na Comissão de Finanças, e por essa razão nós recomendamos aos Senhores Deputados que votem contrariamente a esse Pedido de Informação porque as informações já foram prestadas e constam do Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fica sobrestada a votação do requerimento até que se colha da CCJ as informações solicitadas. **Votação adiada.**

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 501/91 e 196, 204, 207, 216, 221, 222/92.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 233, 234, 242, 244, 245, 247 e 249/92.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 064, 065, 081 e 086/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1992.

"Pronunciamento efetuado pelo Procurador Geral do Estado durante a solenidade alusiva à data de abertura das festividades da Semana da Pátria".

PÁTRIA

Alocução alusiva à data-abertura das festividades da Semana da Pátria - 01.09.92.

Carlos Frederico Marés de Souza Filho  
Procurador Geral do Estado

Nos meus dez anos de exílio aprendi tanto sobre a pátria, que cada vez que penso nela, volta forte sua lembrança.

Antes de ir para o exílio imaginava que a pátria era uma idéia que existia no coração de cada homem. Portanto era moldada segundo a vontade e o ideal de cada um. Imaginava, então, que a idéia de pátria se confundia com o ideal de liberdade. Que o conceito de justiça, de humanismo e de fraternidade se misturavam no coração e no pensamento de cada um com o próprio conceito de pátria.

Por isso, naquele tempo, que quando gritava nas ruas por liberdade, reclamava por justiça, protestava contra o arbítrio e a exceção, sinceramente achava que essas coisas eram a própria pátria. Não podia imaginar a pátria sem liberdade, sem justiça, amordaçada, ameaçada, amendrontada.

Imaginava assim, que a pátria era um estado de espírito que cada um carregava

dentro de si. Imaginava que ao sair para o exílio levaria dentro de mim a pátria, como levava o ideal de justiça, de liberdade, de solidariedade. Imaginava que a nova terra, as novas gentes seriam rapidamente a nova pátria e, nela, e por ela continuaria lutando pela justiça, liberdade e amor.

Não precisei muito tempo para entender que esta era uma idéia absurda. A pátria não vai junto com a gente, a pátria fica, vai apenas sua lembrança. E fica a pátria, ainda que sem justiça, sem liberdade, sem amor. Lá, na pátria que não era minha, eu pude então entender cada palavra das canções de exílio que aprendi na infância. Descobri porque Casimiro de Abreu e Gonçalves Dias escreveram suas canções sobre coisas concretas da pátria e não sobre um vago sentimento que guardava no peito. Entendi porque os poetas falavam das árvores e das serras, dos pássaros e dos sons:

"Minha terra tem palmeiras/onde canta o sabiá", dizia Gonçalves, e Casimiro "Oh! que saudades tamanhas/das montanhas/daqueles campos natais/daquele céu de safira/em que se mira".

É que a pátria, no exílio, vai tomando forma, gosto e cor. E para mim a pátria foi sendo pinheiro, gralha azul e erva mate, foi sendo serra do mar, pantanal e amazônia. Do mesmo modo que na prisão se aprende a liberdade, a pátria se conhece no exílio, e a saudade aumenta o amor.

Foi no exílio, então, que eu descobri que a pátria não morava no meu coração, que não a tinha levado comigo, que ela era muito maior do que a bagagem que me acompanhava. Ao contrário, a pátria estava longe, e era concreta, feita de terra, mar, florestas, bichos e gente, e deixara no coração não a sua presença magnífica, mas apenas um eco surdo de saudade.

A dureza da verdade era a consciência clara de que eu não estava na minha pátria. Cada manhã, ao cumprimentar o primeiro vizinho em estranha língua, eu tinha certeza de que aquilo não era minha pátria, e me vinha tristeza de saber que naquele dia eu não veria suas matas, seus céus, suas cidades. Mas principalmente não poderia ver sua gente, falar minha língua, ver o rosto de meus amigos, sentir a emoção de meus irmãos.

Eu sabia que minha pátria estava longe, que meu povo estava triste e que eu não podia fazer nada. Foi somente quando voltei, no doce retorno do exílio, quando revi cada amigo, falei a minha língua e todos me entenderam, quando vi em cada rosto o espelho de minha pátria é que entendi que todo sentimento que carregamos dentro da gente, do amor à Justiça, da luta pela liberdade à construção de um mundo

melhor, pode ser realizado em qualquer lugar, em qualquer país, nos campos gelados da escandinávia ou na pujante vegetação equatorial da África, mas só faz sentido verdadeiramente quando realizado junto com o povo que nos viu nascer e ajudou a crescer. Então tive certeza que aqui, em minha pátria e não em outro lugar qualquer, devo empregar todas minhas forças e meu ideal de justiça para aplacar a miséria, a fadiga, as chagas deste povo extraordinariamente generoso.

Finalmente entendi que a pátria e cada cidadão seu reclamava liberdade, justiça e amor. Mas entendi sobretudo que para que haja liberdade, justiça e amor é fundamental que o povo faça de sua pátria a terra da justiça, da liberdade e do amor.

Por isso hoje, quando vejo o povo de volta às ruas, em canto de liberdade reclamando comportamento ético, tradução política da justiça, sinto que o rosto de cada um, espelho da pátria, reflete uma expressão feliz, porque quando o povo vai às ruas a nação se levanta e, se cria um momento de tensão e dor, se cria também um momento de esperança. Esperança de voltar a existir na nossa pátria vida nos rios, azul no céu, solidariedade entre os homens e mulheres e, sobretudo, sorriso nos lábios das crianças.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE, EM SESSÃO DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1992.

"Porto paralisou por 24 h. E continua sem solução".

Jornal Diário do Litoral do dia 04.09.92.

O administrador do Porto de Paranaguá, Dr. Mário Lobo tem sido considerado pela categoria portuária, verdadeiro marionete do Governador.

Segundo se comenta na Orla, não tem ele nenhum poder de decisão e age mediante ordem da suprema corte. Será falta de confiança ou incapacidade administrativa. Talvez a falta de confiança despertada no Governador é devido ao manancial de provas documentadas que maculavam sua imagem no episódio da sua nomeação.

Mas o portuário não tem culpa disso, até lutou na sua nomeação e hoje paga caro nessa escolha. Dizem até que ele é psicógrafo de Requião.

O que nesse sistema estão fazendo com os portuários é uma canalhice sem precedente na história do Porto. Querem rasgar a Lei Nacional dos Portos, usando a tarifa contra os usuários e não repassam para o trabalhador, querem que os portuários recebam o mesmo aumento do servidor do Esta-

do que depende da receita fazendária. São que não querem dar o atendimento médico pelo IPE e a Aposentadoria Integral aos portuários como fazem aos demais servidores.

Na última greve, o marionete esteve na frente dos portões do Porto e pediu aos portuários que voltassem ao trabalho e recebeu tanta ofensa moral que se tivesse vergonha na cara teria desistido de ser marionete e voltaria a ser o Mário de sempre.

Como marionete e cínico, ofende e calunia os outros, vomita veneno e sai estrebuchando. Dizem os políticos que ele está fazendo campanha só para o filho e já se comenta que muita gente está financiando grosso, tem PC Farias no meio. Quem não podia pagar aluguel de apartamento em Curitiba, desembolsou mais de 300 milhões na compra.

Mas como diz o ditado "marionete é dirigido e não dirige, fala pelos outros e não por si, não compra é comprado, não vive é vivido e ao final será jogado".

(SINDEPAR - Sindicato dos Empregados Portuários).

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO SEVERINO FELIX, EM SESSÃO DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1992.

"Carta dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, reunidos no IX Encontro Estadual".

Os Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, reunidos no IX Encontro Estadual, refletindo as inquietações que permeiam a categoria, lançam a

#### CARTA DE CASCAVEL

Neste momento, em que a sociedade brasileira vive a sua pior crise e assiste perplexa a recessão, a falta de moradia, a falta de investimentos em saúde e educação; indigna-se com o maior arrocho salarial da História brasileira; vê o alienamento de seu futuro pela falta de investimentos em Ciência e Tecnologia; acompanha estarecida a falência ética e moral de parcela da elite empresarial e do Governo Federal, substituída pela corrupção e pela desonestidade, não podemos nós, Engenheiros Agrônomos, deixar de clamar pela restauração da moralidade no trato da coisa pública, pelo fim da recessão e do sofrimento da população brasileira e pela retomada das reais prioridades nacionais na aplicação dos recursos da Nação.

Nos caminhos pelos quais enveredou o Governo Federal, gerou-se uma contração brutal no poder aquisitivo da população. Em consequência, assiste-se a uma diminui-

ção da demanda, com queda dos preços pagos ao produtor e o encalhe da produção. De outra parte, cresce a parcela da população subnutrida ou desnutrida em um País que tem potencial para abastecer porção substancial do planeta.

A falta de uma Política Agrícola consistente, de longo prazo, voltada para os reais interesses nacionais, aliada a redução dos recursos públicos desviados pela corrupção e sonegação ou contraídos pela queda da arrecadação tributária, gera uma crise sem precedentes nas instituições de fomento, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, vinculadas a agropecuária. Em consequência, minguem os recursos para o labor cotidiano e a remuneração é rebaixada a patamares nunca dantes experimentados.

Contraí-se o mercado de trabalho, não apenas no setor público, mas também no privado, como fruto da estagflação produzida por um governo que, entre outras coisas, perdeu o rumo. Nesta conjuntura, a AEAPR oportuniza aos associados a discussão de novas fórmulas para enfrentar a crise no mercado de trabalho.

A terceirização da assistência agrônômica pode vir a ser uma alternativa futura, que merece ser analisada em profundidade. No entanto, na conjuntura adversa de sua implantação, deixa larga margem de dúvida sobre sua eficácia em ampliar a faixa de mercado profissional. De outra parte, paira a suspeita de que venha a constituir-se em mera fórmula de encargos trabalhistas e de evitar, em definitivo, o pagamento do salário-mínimo profissional, pela inexistência de relação trabalhista. Por oportuno, verificamos avolumarem-se as denúncias de burla da legislação do salário-mínimo profissional, por parte das empresas privadas e públicas, e até admitidas publicamente por seus dirigentes.

Ao tempo em que o mercado contrai, mais de 300 novos profissionais são agregados a este mercado, oriundos apenas das escolas de Agronomia do Paraná, a cada ano. Não bastasse, permanece acesa a ameaça de criação de novas escolas de Agronomia.

Importa avançar sobre fórmulas alternativas de oportunizar, a parcela considerável da categoria agrônômica, o exercício profissional. Neste sentido, a plenária do IX Encontro de Engenheiros Agrônomos do Paraná sugere:

a. Que a direção da AEAPR e dos Núcleos Regionais viabilize a criação da UNICAMPO (Cooperativa de Trabalho dos Engenheiros Agrônomos), a partir do apoio logístico que possa ser conferido pela estrutura já existente, a fim de superar as dificuldades inerentes a fase embrionária do processo, dando suporte a iniciativas

que partam do seio da categoria;

b. Que a direção da AEAPR e dos Núcleos Regionais promova intensa campanha de conscientização a respeito das atribuições do Engenheiro Agrônomo, legalmente definidas, e não integralmente ocupadas no momento;

c. Que cada Engenheiro Agrônomo se constitua em um fiscal, para evitar o exercício ilegal da profissão;

d. Que a direção da AEAPR mantenha luta constante pelo cumprimento da legislação que estabelece o salário mínimo profissional;

e. Que a AEAPR se posicione contrária a criação de novas Faculdades de Agronomia enquanto:

I - As atuais escolas não apresentarem plenas condições de formar profissionais qualificados e de alto nível;

II - O mercado de trabalho apresentar uma oferta de profissionais muito superior a demanda, e enquanto não for cumprida integralmente a legislação do salário-mínimo profissional;

f. Que a AEAPR promova estudos para permitir a viabilização de grupos de agricultores organizados, de forma a receber a assistência de um Engenheiro Agrônomo.

A plenária do IX Encontro entende em definitivo, que não há sucedâneo, de qualquer natureza, para a presença de Engenheiro Agrônomo, na assistência agrônômica, junto ao produtor.

Entendeu a plenária do IX Encontro que, na grave conjuntura da vida nacional, deve a AEAPR manifestar cristalinamente sua posição pró apuração integral dos fatos que hoje desabonam a administração pública, porém, as lideranças agrônômicas devem concentrar seus esforços na busca de soluções para o desemprego, a baixa remuneração do profissional de Engenharia Agrônômica, e enfatizar sua missão permanente de buscar a união, a participação, a valorização e o progresso do Engenheiro Agrônomo.

Cascavel, 7 de agosto de 1992.

#### Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 18.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de setembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Ovídio Constantino, Nelson Justus, Antônio Costenaro Neto, Toti Colaço, Arlindo Troian, Emilia Belinati, Luiz Carlos Martins,



Plauto Guimarães, Paulo Maia, Colombino Grassano e Oswaldo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por iniciada a presente sessão, aprovando as atas das sessões anteriores, depois de colocá-las em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Proposição Veto nº 82/92 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 103/92. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 2) Proposição Veto nº 70/92 do Poder Executivo que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO. 3) Proposição Veto nº 81/92 do Poder Executivo, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 05/92, de autoria do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO. 4) Proposição Veto nº 84/92 do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 393/91 de autoria do Deputado Ernani Puddell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 221/92 de autoria do Deputado Basílio Zannusso. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 222/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO. 7) Projeto de Lei nº 220/92 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO. 8) Projeto de Lei nº 196/92 de autoria do Deputado Renato Adur. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO. 9) Proposição Veto 86/92 do Poder Executivo, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 69/92 de autoria do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 131/92 de autoria do Deputado Eurides Moura. PARECER CONTRÁRIO da Deputada Emilia Belinati - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 207/92 de autoria do Deputado Erondy Silvério. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 217/92 de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 15.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, da Assem-

bléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Maia, Oswaldo Trevisan, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Mário Bezerra, Nelson Justus, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Toti Colaço e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a Ata da sessão anterior, após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 020/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra. APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra. APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 242/92, oriundo do Tribunal de Justiça. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 245/92, oriundo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 234/92, do Tribunal de Justiça. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 233/92, do Tribunal de Justiça. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 249/92, do Tribunal de Contas do Estado. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 244/92, de autoria do Tribunal de Contas. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO. 9) Projeto de Lei nº 247/92 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 235/92, de autoria do Deputado Duílio Genari. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano. APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 232/92, de autoria do Deputado Nelson Garcia. A Deputada Relatora, Emilia Belinati, REQUER DILIGÊNCIA. DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 211/92, do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL à Emenda, da Deputada Emilia Belinati. APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 218/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. PARECER CONTRÁRIO do Deputado Ovídio Constantino. APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 240/92, do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino. APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 224/92, do Poder Executivo. PARECER CONTRÁRIO do Deputado Oswaldo Trevisan ao Substitutivo Geral. REJEITADO, será designado novo Relator; 16) Projeto de Lei nº 223/92, do Deputado Nelson Garcia. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Colombino Grassano. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão.

Sala das Comissões, em 15.09.92  
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária



COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E  
COLONIZAÇÃO2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de setembro de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a Presidência do Deputado Toti Colaço. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, com o seguinte Projeto de Lei: Projeto de Lei n° 163/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Com PARECER CONTRÁRIO do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 01.09.92

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
Solange Mann - SecretáriaCOMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 14 (catorze) dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos constando da Ordem do Dia o relato dos Projetos de Lei n.ºs 203/92 e 209/92, ambos tendo como Relator o Deputado Antônio Costenaro Neto. A seguir o Senhor Presidente solicita ao Deputado Relator que apresente seus Pareceres. Projeto de Lei n° 203/92: PARECER FAVORÁVEL a sua aprovação. Colocado em discussão e posterior votação, foi APROVADO por unanimidade. Projeto de Lei n° 209/92: PARECER FAVORÁVEL a sua aprovação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 14.09.92

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente  
Rubens Bremer - Secretário